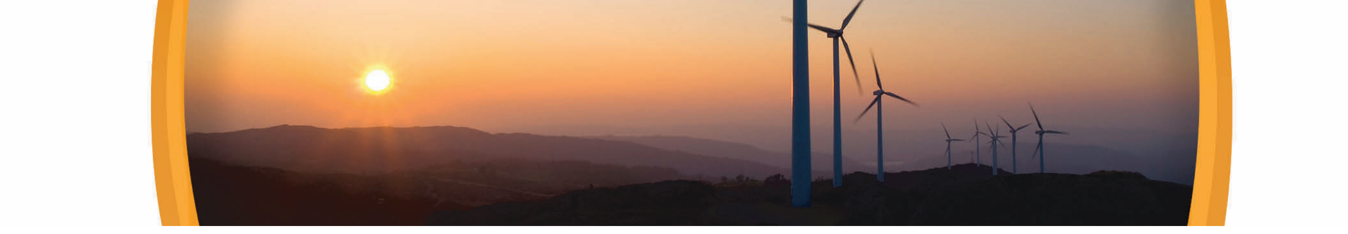

ENERGIA DOS VENTOS geração de energia

Alupar

Energia dos Ventos IV S.A.

(Em Fase Pré-Operacional) CNPJ nº 15.320.903/0001-27

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. **A Administração**

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 **(Em milhares de reais)**

	Nota	2014	2013
Ativo Circulante		**403**	**7.296**
Caixa e equivalentes de caixa	5	326	7.294
Tributos e contribuições a compensar		77	2
Não circulante		**22.783**	**779**
Imobilizado	6	22.783	779
Total do ativo		**23.186**	**8.075**

	Nota	2014	2013
Passivo Circulante		**3.728**	**66**
Empréstimos e financiamentos	7	2.000	–
Fornecedores		61	26
Partes relacionadas	9	1.500	–
Salários, férias e encargos sociais		132	32
Impostos e contribuições sociais a recolher		34	7
Outras obrigações		1	1
Não circulante		**–**	**7.263**
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	–	7.263
Patrimônio líquido		**19.458**	**746**
Capital social	8	19.600	820
Prejuízo acumulado		(142)	(74)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**23.186**	**8.075**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 **(Em milhares de reais)**

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012		**110**	**(38)**	**72**
Aumento de capital conforme 4ª RCA de 31/01/2013 e 10ª RCA de 22/10/2013	8	710	–	710
Prejuízo do exercício		–	(36)	(36)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		**820**	**(74)**	**746**
Aumento de capital conforme 13ª RCA de 07/02/2014	8	18.780	–	18.780
Prejuízo do exercício		–	(68)	(68)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		**19.600**	**(142)**	**19.458**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 **(Em milhares de reais, exceto prejuízo líquido por ação)**

	Nota	2014	2013
Despesas operacionais		**(66)**	**(35)**
Gerais e administrativas	10	(66)	(35)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**(66)**	**(35)**
Despesas financeiras		(2)	(1)
		(2)	**(1)**
Prejuízo do exercício		**(68)**	**(36)**
Prejuízo por ação básico e diluído - R$		(0,01043)	(0,07316)
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		19.600	820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 **(Em milhares de reais)**

	Nota	2014	2013
Prejuízo do exercício		**(68)**	**(36)**
Outros resultados abrangentes		–	–
Total do resultado abrangente do exercício		**(68)**	**(36)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 **(Em milhares de reais)**

	Nota	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(68)	(36)
Aumento de ativos		(75)	(2)
Tributos e contribuições a compensar		(75)	(2)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(143)**	**(38)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adição de Ativo Imobilizado		(20.342)	(531)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(20.342)**	**(531)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital		11.517	710
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	6.923
Empréstimos tomados	7	2.000	–
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		**13.517**	**7.633**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**(6.968)**	**7.064**
Demonstração do aumento no caixa equivalente de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		326	7.294
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.294	230
Variação em caixa e equivalentes de caixa		**(6.968)**	**7.064**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2014 e 2013 **(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energia dos Ventos IV S.A. ("Energia dos Ventos" ou "Companhia"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. A Companhia foi autorizada pela Portaria 442 de 24 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Pitombeira, constituída de quinze Unidades Geradoras de 1.800 kW, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada e 13.900 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará. Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/2011, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. A Companhia é controlada diretamente pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), e por Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), na proporção de 51% e 49%, respectivamente. Alupar e Furnas, por meio de Termo de Compromisso, estabeleceram as bases e condições a serem observadas para participação conjunta, no qual foram definidos os critérios para a condução de todas as atividades, direta ou indiretamente relacionadas à construção, operação, manutenção e exploração comercial da referida central e seu sistema de transmissão associado. Estes critérios foram detalhados posteriormente, através da celebração do Acordo de Acionistas entre as partes, no qual definiu os direitos de voto para a Assembleia Geral e Conselho de Administração. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, de acordo com a Portaria 442 de 24 de julho de 2012, a previsão para inicio de suas operações comerciais dar-se-á da seguinte maneira, para cada uma das quinze unidades geradoras: • 1ª unidade geradora em 10 de março de 2014; • 2ª unidade geradora em 25 de março de 2014; • 3ª unidade geradora em 09 de abril de 2014; • 4ª unidade geradora em 24 de abril de 2014; • 5ª unidade geradora em 09 de maio de 2014; • 6ª unidade geradora em 24 de maio de 2014; • 7ª unidade geradora em 08 de junho de 2014; • 8ª unidade geradora em 23 de junho de 2014; • 9ª unidade geradora em 08 de julho de 2014; • 10ª unidade geradora em 23 de julho de 2014; • 11ª unidade geradora em 07 de agosto de 2014; • 12ª unidade geradora em 22 de agosto de 2014; • 13ª unidade geradora em 06 de setembro de 2014; • 14ª unidade geradora em 21 de setembro de 2014; • 15ª unidade geradora em 06 de outubro de 2014; Em virtude da mudança do modelo e arranjo dos aerogeradores da Central Geradora Eólica, foi necessário solicitar alteração das características técnicas junto à ANEEL. Desta forma, em 09 de janeiro de 2015, a Energia dos Ventos IV S.A. protocolou tal solicitação na agência sob nº 48513.000148/2015-00, cujo processo está atualmente em tramitação. Uma das principais alterações na solicitação protocolada foi o número de Unidades Geradoras, que passou de 15 para 13. As novas datas solicitadas para início de operação comercial dar-se-á da forma a seguir: • 1ª unidade geradora em 29 de dezembro de 2015; • 2ª unidade geradora em 30 de dezembro de 2015; • 3ª unidade geradora em 30 de dezembro de 2015; • 4ª unidade geradora em 30 de dezembro de 2015; • 5ª unidade geradora em 30 de dezembro de 2015; • 6ª unidade geradora em 31 de dezembro de 2015; • 7ª unidade geradora em 31 de dezembro de 2015; • 8ª unidade geradora em 31 de dezembro de 2015; • 9ª unidade geradora em 31 de dezembro de 2015; • 10ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016; • 11ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016; • 12ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016; • 13ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016. Outra importante mudança relacionada à Central Eólica Pitombeira foi a potência das Unidades Geradoras, que passou de 1.800 kW para 2.100 kW, alterando a capacidade total instalada de 27.000 kW para 27.300 kW. Por meio do processo de SPU 11120967-6 a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Ceará - SEMACE emitiu, em 14 de julho de 2011, a Licença Prévia-LP nº 70/2011-DICOP-GECON, referente ao projeto da EOL Pitombeira. Essa licença, definia como uma de suas condicionantes, que caso o empreendimento fosse contemplado no leilão, o empreendedor deveria elaborar um Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA para prosseguimento do processo de licenciamento. Atendendo a essa condicionante e a legislação ambiental vigente, a Companhia deu sequência ao licenciamento do empreendimento na SEMACE através da SPU 7985959/2013, elaborando o EIA/RIMA e submetendo-o a avaliação dos órgãos competentes e demais partes interessadas. Em Setembro de 2014 o empreendimento teve sua viabilidade ambiental atestada através da emissão da Licença Prévia nº 302/2014-DICOP-GECON. A Companhia já solicitou a Licença de Instalação e cumpriu todas as condicionantes para sua emissão, estando apenas aguardando a assinatura do Superintendente da SEMACE. Até o presente momento, a Administração informa que todas as obrigações contratuais decorrentes da autorização de produção concedida pela ANEEL, foram devidamente cumpridas ou quando não cumpridas, devidamente informadas àquela Agência, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula dos contratos de autorização. A Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos para a conclusão de suas unidades produtoras de energia, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser remuneradas pelas receitas de operações futuras. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraídas do montante de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia opera exclusivamente no segmento de geração de energia elétrica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 11 de março de 2015. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Ativos financeiros: (a) Reconhecimento inicial: Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual, incluindo os investimentos de curto prazo, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. **(b) Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros é realizada de acordo com o seguinte critério: • Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício. **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **3.1.2. Baixa de ativos financeiros:** A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação. **3.2. Imobilizado: 3.2.1. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment),* quando necessário. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável. **3.2.2. Depreciação:** A depreciação se iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada com base nos critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012. **3.3. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não possuía instrumentos derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. • Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios. **3.4 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante. **3.5. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **3.5.1. Provisões para litígios:** Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.6. Dividendos:** De acordo com o Estatuto da Companhia, a distribuição de dividendos será de 25% do lucro remanescente após a constituição de Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do Capital Social, e após a constituição de demais reservas, caso necessário. **3.7. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. **3.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **3.8.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos *(impairment).* Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro. **3.8.2. Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **3.8.3. Tributação:** A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **3.8.4. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014:** Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação das mesmas e até o momento não prevê alteração no seu plano de negócios.

4. PRONUNCIAMENTOS DO CPC QUE ENTRARAM EM VIGOR EM 2014

Em 1º de janeiro de 2014 entraram em vigor e foram adotados pela Companhia novas normas e revisões emitidas pelo IASB, com correspondentes pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, requeridos para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29. A sua adoção segue as suas datas de vigência no próximo exercício ou que sejam publicadas e homologadas pelo CPC/CFC.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	% do CDI	2014	2013
Caixa e bancos		–	1
Aplicações financeiras (CDB)	93	326	7.293
		326	7.294

Os equivalentes de caixa referem-se substancialmente a numerário disponível em caixa, certificados de depósitos bancários e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, normalmente, quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. A Companhia tem como política de investimentos financeiros a aplicação dos recursos em valores mobiliários de baixo risco e em instituições financeiras de primeira linha.

6. IMOBILIZADO

Imobilização em curso: As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Dentre os investimentos a serem incorridos, estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção do parque eólico. Conforme descrito na Nota 1, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada da operação comercial plena de suas treze unidades em 01 janeiro de 2016. A construção do parque eólico será financiada por capital próprio e por empréstimos e financiamentos. A composição do ativo imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	2013	2014			
	Saldo	Adições	Transferências	Baixa	Saldo
Móveis e utensílios	–	11	–	–	11
Máquinas e equipamentos	–	281	–	–	281
Software	–	21	–	–	21
Terrenos	–	2.550	–	–	2.550
Sistema de conexão de transmissão	32	169	–	–	201
Adiantamento a fornecedores	1	16.809	–	–	16.810
A ratear	746	2.164	–	–	2.910
	779	**22.004**	**–**	**–**	**22.783**

7. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Moeda nacional	Encargos	Vencimento final	2014	2013
Banco BTG Pactual	CDI +2,0% ao ano	18/02/2015	2.000	–
Total em moeda nacional			**2.000**	**–**

Em 18 de novembro de 2014, a Energia dos Ventos IV assinou contrato de empréstimo com o Banco BTG Pactual no montante de R$ 2.000, com vencimento em 18 de dezembro de 2014. O contrato teve seu vencimento prorrogado para 18 de fevereiro de 2015. O valor corresponde a parte do investimento total, que inclui construção civil do parque eólico e mão de obra administrativa. O contrato não estabelece indicadores financeiros (*covenants*). Em 06 de março de 2015, a Energia dos Ventos IV liquidou o empréstimo com o Banco BTG Pactual. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldos em 31/12/2013	–
Adições	2.000
Pagamentos (principal e juros)	(22)
Juros e variações monetárias e cambiais	22
Saldos em 31/12/2014	**2.000**

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é no valor total de R$ 54.603. O capital social está representado por 19.600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R$ 1,00 (hum real). A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	2014			2013		
	Ordinárias			Ordinárias		
Acionistas	Quantidade	R$ mil	%	Quantidade	R$ mil	%
Alupar Investimentos S.A	9.994.040	9.994	50,99	418.118	418	50,99
Furnas Centrais Elétricas S.A	9.604.000	9.604	49,00	401.800	402	49,00
Central Eólica Pitombeira Ltda.	1.960	2	0,01	82	–	0,01
	19.600.000	**19.600**	**100**	**820.000**	**820**	**100**

Em assembleia geral de constituição da Companhia realizada em 07 de março de 2012, foi aprovada a subscrição e integralização do capital social no montante de R$ 10, mediante a emissão de 10.000 ações ao preço unitário de R$ 1,00 (hum real) por ação ordinária. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2012, foi aprovado aumento de capital social no montante de R$ 100, mediante a emissão de 100.000 novas ações ao preço unitário de R$ 1,00 (hum real) por ação ordinária. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de janeiro de 2013, foi aprovado aumento de capital social no montante de R$ 340, mediante a emissão de 340.000 novas ações ao preço unitário de R$ 1,00 (hum real) por ação ordinária. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de outubro de 2013, foi aprovado aumento de capital social no montante de R$ 370, mediante a emissão de 370.000 novas ações ao preço unitário de R$ 1,00 (hum real) por ação ordinária. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de fevereiro de 2014, foi aprovado aumento de capital social no montante de R$ 18.780, mediante a emissão de 18.780.000 novas ações ao preço unitário de R$ 1,00 (hum real) por ação ordinária. Na data de 10 de outubro de 2014, foi realizada Sessão de Alienação das Ações Aracati (assim entendidas como a totalidade de ações de propriedade de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de emissão da Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A.) na BM&FBovespa, nos termos do Edital de Alienação nº 001/2014 ("Leilão Aracati"), no qual a Alupar Investimento S.A. ("Alupar") sagrou-se vencedora e adquiriu a totalidade das supracitadas ações. As formalidades para a transferência das ações se encontram em fase de execução. Na data de 23 de dezembro de 2014, Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") e Alupar celebraram o "Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças", no qual Furnas se obrigou a comprar e a Alupar se obrigou a vender a totalidade de ações que esta última detém, de emissão da Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A. As respectivas autorizações e formalidades para a transferência das ações se encontram em fase de execução.

9. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas: A Companhia é controlada pela Alupar e Furnas. A Companhia é uma sociedade por ações, e tem por objeto implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os saldos em aberto entre partes relacionadas, é como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2014 Passivo	2013 Passivo
AFAC	Alupar Investimentos S.A	–	619
AFAC	Furnas Centrais Elétricas S.A	–	6.644
Mútuo	Energia dos Ventos II S.A	800	–
Mútuo	Energia dos Ventos X S.A	700	–
		1.500	**7.263**

Remuneração da alta administração: De acordo com o estatuto social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada a ser pago aos membros da diretoria e Conselho de Administração da Companhia. Para o exercício de 2014 e 2013, a remuneração dos diretores estatutários e do Conselho de Administração foi conforme abaixo:

Parte relacionada	2014	2013
Benefícios de curto prazo (i)	72	71
	72	**71**

i) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

10. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2014	2013
Serviços de terceiros	(65)	(35)
	(65)	**(35)**

11. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia não é parte em ações de qualquer natureza.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1. Considerações Gerais: A Companhia mantem operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. **12.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativo financeiros	2014 Nível I	2013 Nível I
Caixa e equivalentes de caixa	326	7.294
	326	**7.294**

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. **12.3. Informações sobre liquidez:** A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não possuía endividamento. **12.4. Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros:** Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo - consolidados: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2014 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

			Projeção Receitas Financeiras - Um ano				
				Com apreciação da taxa		Com depreciação da taxa	
Operação	Indexador	Posição em 31/12/2014	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Ativos e Passivos Financeiros				(+50%)	(+25%)	(-25%)	(-50%)
CDB	CDI		10,25%	15,38%	12,81%	7,69%	5,13%
Aplicações financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)		326	33	50	42	25	17
			33	**50**	**42**	**25**	**17**

12.5. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Considerando que a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, o principal fator de risco que afeta o negócio da Companhia pode ser assim descrito: **12.5.1. Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **12.5.2. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** A Companhia está com as obras em andamento e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros. **12.5.3. Risco da escassez de vento:** Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez oferece planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

14. COMPROMISSOS

Em 02 de dezembro de 2013, a Companhia assinou um contrato no valor de R$ 90.177, referente ao fornecimento, supervisão de montagem, montagem e comissionamento de aerogeradores e outras avenças com a WEG Equipamentos Elétricos S.A. Em 18 de dezembro de 2014, a Companhia assinou um contrato no valor de R$ 10.507, referente à implantação do parque eólico, em regime de empreitada total, abrangendo a execução das obras, levantamentos topográficos, execução do sistema viário de acesso, plataformas de montagem e fundações dos aerogeradores com a SS&B Construtora Ltda. Em 29 de setembro de 2014, a Companhia assinou um contrato no valor de R$ 2.880, referente ao fornecimento de 02 (dois) transformadores de força, potência 48/60/75 MVA e tensão 138/34,5/13,8kV, com supervisão de montagem e peças sobressalentes com a Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. Em 29 de setembro de 2014, a Companhia assinou um contrato no valor de R$ 2.374, referente à execução sob o regime de empreitada total a preço fechado do fornecimento de 04 (quatro) PASS M0 145kV SBB (Single Busbar) com TCs e 01 (um) PASS M0 145kV SBB (Single Busbar) sem TCs incluída a supervisão de montagem de 03 (três) PASS M0 145kV SBB (Single Busbar) com TCS e 01 (um) PASS M0 145kV SBB (Single Busbar) sem TCS, com supervisão do comissionamento com a ABB Ltda. Em 29 de setembro de 2014, a Companhia assinou um contrato no valor de R$ 1.559, referente à execução sob o regime de empreitada total a preço fechado do fornecimento de sistemas de telecomunicações para transmissão de voz, dados e teleproteção com supervisão de montagem e comissionamento com a ABB Ltda. Em 29 de setembro de 2014, a Companhia assinou um contrato no valor de R$ 11.637, referente à execução sob o regime de empreitada total a preço fechado de todas as obras e fornecimentos, além da prestação de serviços atinentes à elaboração do projeto executivo do empreendimento, projeto como construído do empreendimento, além de assessoria técnica na obra com a SINER Ltda. A expectativa de investimentos a serem efetuados na construção, operação, manutenção e exploração comercial de sua central de geração de energia elétrica e seu sistema de transmissão associado, é no montante de R$ 127.218.

A Diretoria

Contador: **Leandro Sabadim Ribeiro** CRC SP-257875/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **Energia dos Ventos IV S.A.** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia dos Ventos IV S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 21 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 11 de março de 2015

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2